

JUNHO 2017

**Diretor:
João Dias da Silva**

**Jornal
online**
Federação Nacional
da Educação

OBJETIVOS QUE LEVARAM À GREVE

FNE NÃO DESISTE

P.2 À P.9



**P.10 À P.12 - V CONVENÇÃO
NACIONAL ANDAEP, CONFAP, FNE:
AVALIAÇÃO PARA UMA ESCOLA DE
QUALIDADE E EQUIDADE**

NESTA EDIÇÃO

P.13 - FNE EXIGE JUSTIÇA NO APURAMENTO DE VAGAS NA VINCULAÇÃO EXTRAORDINÁRIA | P.14, P.15 - O SIADAP NAS ESCOLAS PÚBLICAS PORTUGUESAS | P.16 - A EDUCAÇÃO NA RESOLUÇÃO DO SN DA UGT DE 28 JUNHO. ADIAMENTO DE RESPOSTAS E INSATISFAÇÃO DOS TRABALHADORES | P.17 - V CONFERÊNCIA SOBRE IGUALDADE DE GÉNERO EM ÉVORA | P.18, P.19 - JAMES CALLEJA, NOS QUATRO ANOS DA ALIANÇA EUROPEIA DAS APRENDIZAGENS EM MALTA. TEMOS QUE FAZER MAIS EM MATÉRIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E INCLUSÃO | P.20, P.21 - FNE NA CONFERÊNCIA INTERMÉDIA DA CES EM ROMA | P.22 - MOVIMENTO SINDICAL UNIDO NO DIA INTERNACIONAL CONTRA A HOMOFOBIA | P.23 - NEUROCIÊNCIA TAMBÉM O COMPROVA. EDUCAÇÃO E CUIDADOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA SÃO CRUCIAIS | P.24, P.25 - COMEÇAR EM FORÇA V DA OCDE RECOMENDA NAS TRANSIÇÕES PARA O 1º CICLO. ESCOLAS PRONTAS PARA AS CRIANÇAS E NÃO CRIANÇAS PRONTAS PARA AS ESCOLAS | P.26, P.28 - PERSPETIVAS DAS COMPETÊNCIAS DA OCDE 2017 E AS CADEIAS DE VALOR GLOBAL. 120 MILHÕES DE ADULTOS NÃO TÊM COMPETÊNCIAS DE LITERACIA E MATEMÁTICA | P.29 - VOLUME IV DO PISA 2015. LITERACIA FINANCEIRA: MUITO MAIS QUE APENAS CONTABILIDADE | P.30, P.31 - CONCLUSÃO DE UM ESTUDO PARA A CE SOBRE AS TIC. É PRECISO AUMENTAR A OFERTA DE FORMAÇÃO EM COMPETÊNCIAS DIGITAIS | P.32 - ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. CONJUNTO DE FERRAMENTAS COMBATE ABANDONO ESCOLAR PRECOCE | P.33 À P.35 - 200 MIL MORRERAM ESTE ANO A TENTAR ALCANÇAR ITÁLIA. UMA CRIANÇA POR DIA MORRE NA TRAVESSIA DO MEDITERRÂNEO CENTRAL | P.36 À P.37 - ESTUDO DA IE SOBRE ITÁLIA CONFIRMA. CRIANÇAS REFUGIADAS E NÃO ACOMPANHADAS PODEM MELHORAR SISTEMA EDUCATIVO

Comunicado do Secretariado Nacional é claro

FNE não desiste dos objetivos que motivaram a greve



O Secretariado Nacional da FNE registou muito negativamente que o Ministério da Educação (ME) não tenha reunido as condições que pudessem evitar a greve do passado dia 21 de junho de 2017. Este é o teor principal do Comunicado da Federação, de 28 de junho, que realça que entre a apresentação do pré-aviso de greve e o dia 21 de junho, a FNE deu todos os passos que estavam ao seu alcance para que a greve não tivesse acontecido.

No entanto, a greve concretizou-se, porque o ME não fez o suficiente para a evitar, mantendo-se assim as razões que a motivaram. O

Secretariado Nacional da FNE exprimiu, deste modo, a sua preocupação e insatisfação pela continuação do adiamento de respostas que são essenciais para que os trabalhadores da educação sejam devidamente dignificados e valorizados.

Vamos por isso começar um novo ano letivo organizado em termos muito semelhantes aos dos anos anteriores, ou seja, sem as mudanças organizacionais que se exigem para que os docentes portugueses sejam reconhecidos e possam olhar para o desenvolvimento da sua carreira com expectativas otimistas.

O ME persiste em recusar o compromisso de que as carreiras sejam descongeladas para todos a partir de 1 de janeiro de 2018, negando-se também a assumir qualquer compromisso quanto à consideração do tempo de serviço congelado, para permitir um justo posicionamento de cada trabalhador em função de todo o tempo de serviço prestado.

Por outro lado, e embora admita que tem de tratar com prioridade a legislação em falta que permita o acesso aos 5º e 7º escalões, ignora o direito ao justo posicionamento dos docentes entrados na carreira nos últimos anos.

Também em relação à questão da aposentação, o ME revelou a sua incapacidade para analisar a especificidade do desgaste profissional associado ao desempenho da atividade profissional docente, de modo que encontrasse soluções especiais de passagem à aposentação dos docentes com longas carreiras.

Mesmo em relação à eliminação da precariedade no setor, a tutela limitou-se a repetir a promessa de um novo processo de vinculação extraordinária em 2018, não mostrando disponibilidade para corrigir nem os critérios que foram usados este ano para esse processo, nem as condições com que deve ser aplicada a designada "norma-travão".

O ME recusou-se ainda a negociar um novo despacho de organização do ano letivo, mantendo assim em vigor normas que são injustas e inadequadas e que continuam a per-

mitir que os limites do tempo de trabalho dos docentes estejam a ser sistematicamente ultrapassados.

O Secretariado Nacional da FNE continua a insistir na necessidade de se desenvolverem processos negociais sobre estas matérias, procurando que sejam definidas novas orientações que valorizem os profissionais da educação, melhorando as suas condições de trabalho e as suas perspetivas de desenvolvimento de carreira.

Deste modo, e até ao final deste ano letivo, os Sindicatos da FNE auscultarão os seus Sócios, para denunciar a insuficiência das respostas do ME e a sua incapacidade para responder às justas reivindicações que temos colocado em cima da mesa negocial.

Por outro lado, a FNE já solicitou reuniões aos Grupos Parlamentares, para lhes transmitir as

suas posições sobre esta incapacidade do ME para adotar políticas de promoção da valorização dos profissionais que tutela. Neste sentido, a FNE já reuniu no dia 3 de julho com o CDS-PP, no dia 7 de julho com o PS e vai reunir no dia 12 de julho, às 12h00, com o BE.

Nas reuniões do seu Secretariado Nacional de 14 de julho de 2017 e do seu Conselho Geral (15 de julho 2017), a FNE definirá a orientação para as ações que virá a desenvolver no início do próximo ano letivo.

Por seu lado, e em Conferência de Imprensa a realizar no Porto, no dia 21 de julho de 2017, a FNE divulgará as atividades que vai desenvolver no início do ano letivo, para insistir no lançamento dos processos negociais que são essenciais para que as justas reivindicações dos trabalhadores que representa sejam efetivamente concretizadas.

NÃO DESISTIMOS!
FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Letivo vs não letivo
Determinação clara das funções e da duração máxima das componentes letiva e não letiva

Vinculação
Novos mecanismos de vinculação extraordinária para acabar com a precariedade

Descongelamento da carreira
Efetivo descongelamento a partir de 1 de janeiro de 2018, para todos, considerando o tempo de serviço efetivamente congelado

Reparação de injustiças
Produção da legislação em falta para o reposicionamento nos 5º e 7º escalões e dos docentes vinculados nos últimos anos

Regras de aposentação justa
Aposentação por inteiro aos 56 anos de serviço

fne
www.fne.pt

FNE entregou pré-aviso de greve em 6 de junho de 2017



A reunião da FNE com o Ministro da Educação, em 6 de junho de 2017, não produziu qualquer desenvolvimento assinalável no que respeita às exigências da nossa federação. Esta reunião, solicitada ao Ministro fora da periodicidade das reuniões trimestrais que têm sido realizadas, tinha como objetivo a clarificação de questões que têm vindo a ser sucessivamente adiadas e que são fundamentais no sentido da valorização de todos os que trabalham em Educação.

Nomeadamente a eliminação da precariedade no setor, as condições de descongelamento das carreiras, as condições especiais de aposentação e a organização do tempo de trabalho dos docentes.

Na tarde de 6 de junho de 2017 a FNE fez sair um comunicado, realçando o facto de os compromissos do Ministério da Educação (ME) serem insuficientes, sendo assim a

greve a única resposta a dar. No final da reunião daquele dia com o Ministro da Educação, a FNE só pode concluir pela clara insuficiência dos compromissos para que o Ministério se disponibilizou, em termos de mudanças claras na valorização e reconhecimento dos docentes portugueses.

Deste modo, a greve no dia 21 de junho, tornou-se inevitável, a menos que da parte do ME existisse entretanto a disponibilidade para que, num compromisso escrito, se definissem de uma forma clara os contornos de decisões que visassem, ainda que para negociação posterior, a garantia de que:

- o descongelamento de carreiras seria efetivo e para todos a partir de 1 de janeiro de 2018;

- o regime de aposentação de docentes tivesse em consideração as características especiais asso-

ciadas à atividade docente;

- que em procedimentos de vinculação extraordinária, a ocorrerem até ao final da legislatura, se esgotassem todas as situações de precariedade;

- e seriam sempre respeitados os limites do tempo de trabalho em cada uma das suas componentes.

Com efeito, em relação ao regime de aposentação, o Ministro da Educação limitou-se a afirmar que o Ministério que tutela tudo faria para que os seus trabalhadores não ficassem para trás no âmbito de uma qualquer nova definição dos termos do regime de aposentação, o que significava que não entendia que para os docentes se definisse um qualquer regime especial que considerasse a atividade docente na especificidade do desgaste em que se traduz.

Quanto às condições para o descongelamento da carreira docente, o Ministro afirmou que o ME se limitaria a negociar a legislação em falta desde 2010, em termos de posicionamento na carreira, nomeadamente para determinação das vagas a apurar para o acesso aos 5º e 7º escalões, o que é da sua estrita responsabilidade, sem no entanto avançar mais do que a afirmação de que o ME estaria a preparar tudo para que esse descongelamento ocorresse no quadro do atual ECD, sem garantir que todos os docentes veriam descongelada a sua progressão em carreira a partir de 1 de janeiro de 2018.

Sobre a integração na carreira dos docentes sucessivamente contratados e que ainda não viram respeitado o direito à contratação, o Ministro afirmou apenas que no próximo ano haveria um novo momento de vinculação extraordinária, sem no entanto se comprometer, quer com o número de docentes a abranger, quer com critérios de identificação.

Em relação ao processo que estava a ocorrer naquele momento de integração extraordinária, e perante a verificação de que o número de vagas ocupadas era inferior ao número de vagas que deveria existir, em função dos critérios estabelecidos, foi decidida a realização muito proximamente de uma reunião técnica que pudesse apurar as divergências identificadas e a correção dos eventuais erros.

Quanto aos docentes dos Conservatórios de Música e Dança ia ser criado um regime específico para regular o ingresso, sem definir os contornos com que este procedimento iria ocorrer, mas comprometendo-se com a renovação dos atuais contratados. Já em relação aos docentes das Escolas António Arroio e Soares dos Reis seria determinado um regime de vinculação extraordinária, sem que se garantisse a renovação dos contratos atualmente em vigor.

A organização do tempo de trabalho foi outra questão que recebeu uma resposta muito insuficiente, uma vez que se limitou a determinar que os intervalos serão considerados como componente letiva para os docentes do 1º ciclo, e que haveria uma circular sobre o conteúdo das componentes letiva e não letiva, para evitar abusos, sem que no entanto se procedesse a

uma correção mais funda desta questão do ponto de vista legislativo.

Em suma, estas respostas foram para a FNE claramente insuficientes em relação ao mandato que recebeu para que no próximo ano letivo os docentes portugueses sentissem que as normas que regulam a sua profissão, o desenvolvimento da sua carreira e a expectativa da sua aposentação fossem corrigidas, em nome da sua valorização e reconhecimento.

Tendo em conta todos estes fatores, a resposta dos docentes portugueses não poderia ter sido outra senão uma adesão total à greve que a FNE estava a convocar para 21 de junho de 2017.

Neste seguimento, a FNE entregou o respetivo pré-aviso de greve em 6 de junho de 2017.



Serviços mínimos não diminuem exigências dos professores



Em comunicado de 16 de junho de 2017 a FNE fazia saber que o Colégio Arbitral tinha decidido, por maioria, estabelecer serviços mínimos para o dia da greve, marcada para o dia 21 de junho. A FNE respeitou, como é óbvio, a decisão do Colégio Arbitral, apesar de não concordar com a sua aplicação.

No quadro da decisão do Colégio Arbitral (previsto no nº 1 do artigo 400º da LTFP) ficaram garantidas cinco condições, no capítulo dos serviços mínimos e dos meios para os assegurar. Concretamente: 1. a receção e guarda dos enunciados das provas de aferição e dos exames nacionais em condições de segurança e confidencialidade – um docente; 2. a vigilância da realização dos exames nacionais – dois docentes (vigilantes) por sala; 3. a vigilância das provas de aferição – um docente vigilante por sala; 4. o

cumprimento das tarefas do professor coadjuvante – um docente por disciplina; 5. e o cumprimento do serviço de secretariado de exames, pelo número de docentes estritamente necessário.

Apesar da definição dos serviços mínimos, os docentes portugueses que não fossem chamados para assegurar os serviços mínimos estariam em greve em relação a todo o restante serviço docente, atividades letivas e não letivas, que lhes estivessem distribuídas para esse dia. A determinação de serviços mínimos no dia da greve não diminuiria, de modo algum, as razões da enorme insatisfação dos professores portugueses em funções nas escolas.

Esta greve visava demonstrar ao Governo e particularmente ao Ministério da Educação a enorme

insatisfação dos docentes portugueses em relação à ausência de medidas concretas de valorização do trabalho profissional docente, e isto apesar das expectativas que foram sucessivamente criadas em relação a inúmeros problemas sucessivamente identificados e sucessivamente adiados.

Da parte da FNE, continuou a haver total disponibilidade para, em diálogo construtivo com o Ministério da Educação, encontrar soluções que visassem eliminar aquela insatisfação, estranhando-se que, até então, e apesar das afirmações públicas do Primeiro-Ministro e do Ministro da Educação, a aposta no diálogo estivesse ainda sem qualquer iniciativa governamental.

Tão pouco se considerava que constituíam resposta suficiente as afirmações que o Ministro da Educação tinha feito na reunião que manteve com a FNE, no passado dia 6 de junho, como aliás na altura muito claramente foi referido.

Como se tem vindo a assinalar, é fundamental que o próximo ano letivo abra com a garantia, para todos os docentes portugueses, de que há aspetos essenciais da sua carreira e das suas condições de trabalho que são significativamente alterados.

A continuar a não haver resposta aos problemas identificados como mais significativos, não haverá outra alternativa que não seja a marcação de novas iniciativas de contestação que demonstrem a necessidade de serem adotadas medidas que respondam à exigência de valorização dos docentes, com expressão nas suas condições de trabalho e no desenvolvimento da sua carreira.

A DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS MÍNIMOS

De acordo com o artigo 398º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) ocorreu em 8 de junho de 2017, pelas 14h30, na Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) uma reunião de representantes da FNE com representantes do Ministério da Educação (ME), com vista à negociação de um acordo quanto à definição dos serviços mínimos e dos meios necessários para os assegurar, conforme disposto no nº 2 do artigo 398º da LTFP, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Na sequência do aviso prévio de greve, e não havendo consenso entre as partes, o ME solicitou a intervenção da DGAEP, com vista à negociação de um acordo quanto aos serviços mínimos e quanto aos meios necessários para os assegurar.

Para o ME, a greve decretada enquadrava-se no previsto no nº 2 do artigo 397º da LTFP, quanto à necessidade de fixação de serviços mínimos, que não estão previstos nos avisos prévios de greve.

Pelo lado inverso, a FNE expôs que a greve pretendia abranger todo o serviço docente previsto para o

dia 21 de junho de 2017, pelo que considerava excessivo estabelecer serviços mínimos para o acompanhamento dos exames desse dia, sendo possível adiar o exame, de modo a não ser coartado o direito à greve naquele dia, sem ter em conta os pressupostos em concreto da greve, ao ponto de comprimir totalmente o direito à greve. No que tocava aos docentes que estavam designados para aqueles serviços a compressão do direito seria total e não existiriam assim serviços mínimos.

Para a FNE, no caso da greve de 21 de junho não existiam necessidades de se estabelecerem serviços mínimos, porque estes não seriam necessários, nem adequados, nem proporcionados à situação em presença. A FNE solicitou deste modo ao ME que apresentasse uma proposta de serviços mínimos, argumentando que se tratava de um dever da entidade empregadora em sede de reunião de promoção de acordo de serviços mínimos, entendendo-se que só se cumpre a lei com o esgotar dos meios e argumentos para que aquela reunião tinha sido convocada, tendo o ME a obrigação legal

de apresentar uma proposta. Tendo em conta esta posição da FNE, e ante a impossibilidade de se obter um acordo, foi constituído, nos termos do artigo 400º da LTFP, um Colégio Arbitral para proceder ao processo de arbitragem em apreço.

A ARBITRAGEM DOS SERVIÇOS MÍNIMOS

Na audição prevista no nº 2 do artigo 402º da LTFP, a FNE apresentou as suas alegações começando por determinar o objeto da arbitragem referindo que a pedido de decretação de serviços mínimos por parte do ME apenas poderia dizer respeito aos exames nacionais previstos para o dia da greve.

Já a prova de aferição do 2º ano do 1º ciclo a realizar no mesmo dia não podia relevar no contexto em causa, uma vez que não tinha natureza avaliativa. Depois de apresentar vários argumentos jurídicos, a FNE concluiu sustentando que, não estando em causa a violação de uma necessidade social impreterível, não deveriam ser fixados serviços mínimos.



FNE sempre disponível para a busca de soluções

A FNE manteve em todo este processo uma posição séria e congruente com os seus princípios, procurando um diálogo efetivo com o Ministério da Educação. Foi isso mesmo que reiterou em comunicado do dia 19 de junho de 2017, onde registou a disponibilidade para o diálogo e para um compromisso, tendo sempre em vista a melhoria da qualidade da educação e a valorização dos profissionais que representa e o reconhecimento do seu direito a percursos profissionais estimulantes.

Deste modo, a FNE mostrou-se uma vez mais disponível para, de imediato, manter as reuniões que fossem necessárias para aqueles objetivos, esperando o rápido agendamento da sua concretização. Este comunicado apelava para a concretização de seis pontos essenciais:

1. ORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO E DO TEMPO DE TRABALHO

Definição de um processo negociado urgente – até 15 de julho - que visasse a determinação clara dos conteúdos e duração máxima das componentes letiva e não letiva, a redução do número de alunos/níveis/anos por docente, e o

respeito pelo tempo de trabalho individual de cada docente, bem como as condições que garantam em todas as circunstâncias a consideração do intervalo dos docentes do 1.º ciclo do ensino básico na componente letiva, de forma que

o total da componente letiva dos docentes incorporasse o tempo inerente ao intervalo entre as atividades letivas, com exceção do período de almoço.

2. VINCULAÇÕES

Definição de um processo negociado – a ocorrer em setembro de 2017 - relativo à determinação de novos momentos de vinculação extraordinária, devendo prever-se então o número mínimo de docentes a serem abrangidos e os critérios a que deveriam ser sujeitos, para além da revisão da designada “norma-travão”.

Tratava-se de proceder à determi-

nação de medidas legais que eliminassem a precariedade entre docentes, nomeadamente através da vinculação dos que têm vindo a garantir o funcionamento regular do sistema educativo, cumprindo-se escrupulosamente o que a lei geral estabelece em termos de direitos dos trabalhadores, o que até então não tinha sido concretizado, devendo também respeitar-se os compromissos assumidos em rela-

ção ao cumprimento do número de vagas aberto para o concurso de integração extraordinária de 2017.

Incluía-se aqui as soluções relativas à situação dos Grupos de Música e de Dança e ainda à vinculação dos profissionais em exercício de funções docentes na Escola Secundária de António Arroio e na Escola Secundária Soares dos Reis.

3. DESCONGELAMENTO DE CARREIRAS

Definição de um processo negocial – a ocorrer em setembro de 2017 - que visasse a efetivação do descongelamento das carreiras, a partir de 1 de janeiro de 2018, para todos os docentes, no quadro da atual versão do ECD, bem como a garantia da consideração do tempo de serviço prestado e que tem

estado congelado, de forma que possibilitasse o correto posicionamento de todos os docentes.

Este processo não podia ser confundido com a exigência de um processo negocial, a decorrer nas mesmas datas, sobre os diplomas em falta que têm impedido o justo

posicionamento em carreira de docentes que reúnem as condições previstas para o efeito, quer no que diz respeito à regulamentação do artigo 37.º do ECD – progressões ao 5.º e 7.º escalões -, quer à regularização de injustiças que assinalaram as sucessivas alterações da carreira docente.

4. APOSENTAÇÃO

Definição de um processo negocial – a ocorrer entre setembro e outubro de 2017, sobre a determinação das condições especiais de aposentação para docentes, sem

penalizações, aos 36 anos de serviço, uma vez que não havendo comparabilidades que possam ser estabelecidas com os restantes trabalhadores da Administração

Pública deveriam ser encontradas as soluções que reconhecessem a especificidade destes profissionais.

5. TRABALHADORES NÃO DOCENTES

Definição de um processo negocial – a ocorrer em julho de 2017 – a propósito da designada Portaria de rácios.

6. DESCENTRALIZAÇÃO

Definição de um processo negocial específico para a área da educação, a ocorrer em outubro de 2017, no qual se previssem as con-

dições em que neste processo não ficasse prejudicada a autonomia das escolas e dos seus profissionais para a determinação das

opções que visassem a concretização de uma educação de qualidade para todos.

Avaliação na educação para uma escola de qualidade e equidade

“Uma das melhores convenções de sempre” foi um comentário repetido por participantes de todo o país da V Convenção Nacional ANDAEP, CONFAP, FNE - “A Avaliação na Educação para uma Escola de Qualidade e de Equidade – desafios, soluções e consequências na progressão de estudos”, que decorreu no sábado dia 27 de maio de 2017, na Universidade Fernando Pessoa, no Porto, e que contou com a presença de João Costa, Secretário de Estado da Educação e de Helder Sousa, Presidente do IAVE.

A sessão de abertura esteve a cargo de Salvato Trigo, Reitor da Universidade Fernando Pessoa, dos Presidentes da ANDAEP (Filinto Lima) e da CONFAP (Jorge Ascensão) e do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva. Salvato Trigo contextualizou a importância histórica de iniciativas como esta, fundamentando-se no pensamento de Aristóteles e confessando que “em Portugal somos muitos a complicar e muito poucos a procurar soluções”.



O painel da manhã, intitulado “A Avaliação na Educação para uma Escola de Qualidade e de Equidade – desafios, soluções e consequências na progressão de estudos, no quadro da avaliação e da progressão dos alunos e do acesso ao ensino superior”, teve a intervenção de Helder Sousa (Presidente do IAVE) e José Augusto Pacheco (Universidade do Minho).

“Temos um sistema que não funciona”, começou por afirmar o Presidente do IAVE, e uma escola muito refém de conteúdos e muito condicionada pelo manual escolar. Em sua opinião, é urgente a mudança de paradigma na avaliação, até porque a maior prisão que os professores têm “é dar o programa”. O novo paradigma tem forçosamente que passar por uma avaliação mais formativa e mais contínua, libertando-se do peso excessivo dos testes, que são instrumentos que nem sempre são os mais corretos.

O Presidente do IAVE referiu que temos que acabar de uma vez por todas com “a semana de congestionamento de testes” nas escolas e lamentou que a construção de instrumentos de avaliação não faça parte da formação inicial dos docentes. Para Helder Sousa a mudança na avaliação terá que ultrapassar os constrangimentos do currículo, um secundário dependente do acesso ao ensino superior e uma avaliação de desempenho que vise estigmatizar os pro-

fessores, não contribuindo para a melhoria das suas práticas pedagógicas em sala de aula e para o seu domínio científico.



Helder Sousa apresentou novos modelos de acesso ao ensino superior e acabou por admitir que “é demolidor, desumano e inaceitável que um aluno não entre na faculdade por uma décima”. Por outro lado criticou as escolas que começam logo no 1º ciclo a fazerem baterias de testes de exames, sugerindo que em vez disso poderiam treinar os seus alunos nos diferentes tipos de perguntas. “Mudar é uma tarefa em comum”, realçou. “E a educação é o maior património social e económico de um povo.” Por isso, não pode haver boa educação sem uma avaliação de qualidade.



Por sua vez, José Augusto Pacheco, da Universidade do Minho, abordou o tema da “Avaliação no Período Pós LBSE (1986-2017), mencionando quatro ciclos de mudança: 1) ciclo de reforma (1981); 2) ciclo de gestão flexível (1987); 3) ciclo de reforma parcial (2011) e 4) um ciclo de inovação tecnológica (2017). No seu entender, temos uma duplicidade na avaliação, constituída por uma escola normativa e uma escola de práticas escolares, de testes, tendo nos últimos anos persistido um acento tónico na avaliação externa. Daqui ser lícito perguntarmos “se esta avaliação externa serviu para alguma melhoria da qualidade da escola, da educação”. Outro ponto a realçar é que a sociedade (e os pais nela) não estão preparados para uma escola sem testes.



José Augusto Pacheco centrou-se de seguida na questão das repetições e da retenção escolar e mostrou-se preocupado com o nível de conhecimentos com que os alunos terminam o 9º, 11º e 12º anos e mesmo com os que terminam o superior. Além disso, é urgente valorizar a profissão docente no seu todo (em condições de trabalho e em salários) e temos que discutir a maioria dos programas, que estão por alterar. “A sociedade portuguesa está adormecida quanto a isto. Será adequado andar-se três meses a estudar-se um autor?”, perguntou.



O painel da tarde teve por título “A Avaliação na Educação para uma Escola de Qualidade e de Equidade – desafios, soluções e consequências na progressão de estudos, no quadro do desenvolvimento do perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória”, e contou com a presença de Bravo Nico (Universidade de Évora), Lurdes Figueiral (Presidente da Associação de Professores de Matemática) e João Costa, Secretário de Estado da Educação.

A intervenção de Bravo Nico focou a questão da falta de ofertas educativas no interior do país, acentuadamente no Alentejo, e as más consequências socioeconómicas a que obriga os respetivos alunos e suas famílias. “Temos um desafio do exercício do direito à educação no interior de Portugal, o que é um retrocesso nas oportunidades que tivemos”, sublinhou Bravo Nico. “Temos no fundo um **Abandono Escolar do Estado**, que abandonou uma rede educativa e deixou o interior entregue a si próprio. A torneira do financiamento da educação do interior já se fechou há muito tempo e estamos a viver

uma tragédia demográfica estudiantil.” Para Bravo Nico, uma verdadeira política educativa deve ter valências para dar oportunidades a todos.



Lurdes Figueiral, Presidente da Associação de Professores de Matemática, foi peremptória em afirmar que “não somos uma escola inclusiva em Portugal, pois temos grandes franjas de exclusão de alunos”. Para Lurdes Figueiral as aprendizagens não são lineares nem cumulativas e não há nada neutro em Educação – nem a própria avaliação. O conhecimento e o saber também não são optativos numa escola inclusiva e o pior que podemos fazer é “aceitarmos a exclusão como se ela fosse inevitável”.



João Costa tomou de seguida a palavra para realçar que “temos um problema de justiça no nosso sistema educativo”, mencionando o abandono escolar e a retenção. O Secretário de Estado da Educação frisou que é preciso pensar o desafio da finalidade da escola e que o objetivo da avaliação é aprender melhor. As consequências disto são o recentrar a avaliação no formativo, ter uma avaliação sobre todas as áreas do currículo, termos práticas de avaliação contínua e sabermos dar um bom estímulo à diversificação dos instrumentos de



avaliação. “Avaliar só para testes é redutor”, afirmou. “E não está escrito em lado algum que deve haver dois testes por período”. Se queremos uma escola inclusiva, reconheceu João Costa, “os instrumentos de avaliação devem também ser inclusivos”.

Resultado da V Convenção foi uma declaração conjunta das três organizações intitulada “Governança na Educação – Por Uma Educação de Qualidade e com Equidade”,

que vai ser entregue ao Presidente da República e ao Governo português.

A V Convenção ANDAEP, CONFAP, FNE, teve transmissão em direto pela FNE TV, através do endereço: tv.fne.pt. Os participantes interessados podem agora requerer ao Diretor do Centro de Formação Pedagógica da FNE, João Dias da Silva, o seu reconhecimento e certificação como ação de curta duração de cinco horas.



Declaração conjunta disponível em:

http://fne.pt/uploads/cms/documentos_gerais/20170628150516_Declaracao_conjunta27maio2017.pdf



FNE exige justiça no apuramento de vagas na vinculação extraordinária



Uma delegação da FNE participou na Reunião Técnica sobre Apuramento de Vagas de docentes a vincular no âmbito do concurso externo extraordinário, que se realizou no dia 8 de junho de 2017, na sequência de compromisso político assumido pela Secretária de Estado Adjunta e da Educação, na reunião de 6 de junho do mesmo mês, com o Ministro da Educação.

Para a FNE, há um desajustamento entre o número de vagas apurado pela aplicação dos critérios definidos pela Portaria que regula este processo e o número de vagas para os candidatos em concurso. Para o ME, esse desajustamento justifica-se pelo elevado número de horários completos e anuais que foram objeto de denúncia ou não aceitação e que não corresponderam a contratações.

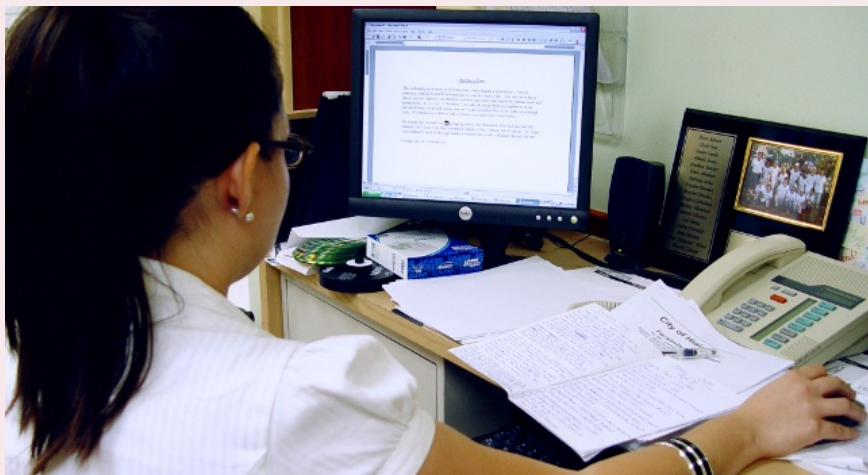
Particularmente em causa estiveram 1 842 horários, reduzindo as vagas apuradas em Portaria para 3 019. Na defesa dos professores e com o fim de eliminar situações de injustiça, a FNE solicitou à DGAE o envio dos respetivos dados, por grupo de docência e por QZP, por considerar o referido número pouco ou nada plausível.

A FNE tomará todas as providências ao seu alcance para assegurar que todas as vagas sejam apuradas tendo por base o estrito cumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria 129-A/2017, de 5 de abril, ou seja, garantindo-se que todos os docentes com 4.320 dias de serviço docente, com 5 contratos a termo resolutivo nos últimos 6 anos escolares e com contrato anual e completo no corrente ano escolar, deram efetivamente origem à abertura de uma vaga.

Para a FNE, sem um completo esclarecimento, relativo aos 1842 horários completos e anuais que foram objeto de denúncias e de não aceitação, subsiste a dúvida sobre se realmente todas as vagas terão sido abertas ou não. Em causa poderão estar centenas de vagas não abertas para vinculação extraordinária e um grande número de docentes que serão impedidos de obter colocação em zona pedagógica de sua preferência.

A FNE insiste no facto de que qualquer professor que se ache injustiçado, em todo este processo de análise do número de vagas de docentes a vincular no âmbito do concurso externo extraordinário em curso, contacte de imediato um dos seus sindicatos, para uma reposição da verdade e da justiça.

O SIADAP nas Escolas Públicas Portuguesas



O Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública Portuguesa, SIADAP, sistema de avaliação de desempenho que teve o seu início com a Lei 10/2004 e posteriormente revogado pela Lei 66-B/2007 de 28 de dezembro, lei que se encontra em vigor, foi um sistema de avaliação de desempenho criado com o objetivo de terminar com um sistema de classificação de serviço dos trabalhadores da Administração Pública Portuguesa, que os governantes, com ou sem razão, consideravam que se encontrava já ultrapassado.

A grande novidade do SIADAP, para além da novidade da criação de um sistema de objetivos para avaliar as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, encontra-se ainda complementado por um conjunto de competências, com um processualismo completamente inovador e por vezes burocrático, e alicerçado em quotas para as classificações mais elevadas, quotas que na perspetiva dos traba-

lhadores são bastante injustas e punitivas, pois vão interferir diretamente no desenvolvimento da tabela salarial dos trabalhadores.

O SIADAP teve profundas alterações provocadas pela crise económica que Portugal atravessou por imposição do Memorando de Entendimento imposto pela Troika, alterações que afetaram essencialmente os trabalhadores portugueses, e no caso presente os trabalhadores da Administração Pública Portuguesa, com o congelamento das carreiras e retribuições, perda de retribuição, perda de dias de prémios previsto no

SIADAP, o que nos traz a todos nós, trabalhadores públicos, muita revolta e apreensão por não vermos alguma luz ao fundo do túnel no que concerne ao descongelamento das carreiras, continuando tudo enredado na teia do poder político, que no momento presente ainda preocupado e distraído com a problemática triste dos incêndios que infelizmente ocorreram e pelas mortes que nunca deveriam ter ocorrido e também pelos bens materiais destruídos que nunca deveriam também ter ocorrido.

Enquanto vou escrevendo este artigo, para além da revolta e algum constrangimento que sinto, pelas razões acima aduzidas, por exemplo o congelamento de carreiras, ainda sinto maior constrangimento, pelo que venho constatando com o comportamento por parte de grande número de diretores de escolas/agrupamentos ao longo de mais de uma década, sem por este processo de avaliação do pessoal não docente das escolas públicas, pouca vontade de o aplicar porque dá trabalho e desconhecimento pela aplicação do mesmo, o que ainda é mais grave.



Quero aqui salvaguardar que existem diretores de escolas/ agrupamentos que estão fora deste meu sentimento de revolta, mas infelizmente são poucos, mas não quis deixar de destacar os poucos e bons que encaram este sistema de avaliação de desempenho com preocupação pelos seus colaboradores aquando da avaliação de desempenho, agora num processo bienal.

O que leva estes dirigentes das escolas públicas, a nem quererem saber aplicar corretamente o SIADAP?

Primeiro porque se trata de mais uma lei que têm de estudar e como agora se aplica de dois em dois anos, ainda menos preocupação lhes trás, pois aquando da sua aplicação ao fim de dois anos, já não se lembram do processualismo que o SIADAP obriga.

Depois o pessoal não docente tem pouco poder reivindicativo, mas é o único que consegue fechar as escolas, quando faz greves, e como ganha pouco o SIADAP não trará grandes aumentos na sua escala

salarial, o que são 20 ou 30 euros, quando comparados com a carreira dos docentes, pois nesses a avaliação tem que ser bem feita, e em tempo, com o esgotar das quotas todas, etc., porque os aumentos salariais já são significativos, pode chegar às centenas de euros, por isso o SIADAP é de somenos importância para estes trabalhadores não docentes, pois estão poucas coisas em causa como os poucos euros acima referidos.

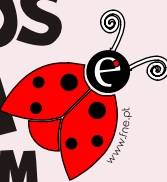
Para culminar com este problema de não aplicação ou má aplicação do SIADAP nas escolas públicas, com o congelamento das carreiras desde 2011, tudo trouxe alguma desmotivação até aos próprios avaliados, pois a nota obtida ao longo destes anos, tem ficado congelada de acordo com as sucessivas leis do orçamento do estado desde o ano de 2011, não lhes trazendo qualquer proveito de imediato, e no futuro ainda não sabemos que trama o governo irá idealizar.

Portanto, e lamentavelmente, constatamos que o SIADAP na maior parte das escolas/ agrupamentos não é aplicado em muitas

destas instituições públicas, à semelhança do que sucede em muitas autarquias, na administração local, para onde os trabalhadores não docentes estão em vias de transitar inexoravelmente para os respetivos mapas de pessoal, e em muitas escolas públicas onde é aplicado, não é de acordo com o estabelecido na lei, com incumprimento de prazos, sem negociação de objetivos, com os avaliadores não previstos na lei, com ameaças veladas aos trabalhadores não docentes que pretendem reclamar da avaliação de desempenho, para não usarem desse direito de reclamar ou recorrer hierarquicamente, etc., devendo portanto os dirigentes da FNE, seus sindicatos e seus associados, denunciarem todas estas situações de modo a defenderem os direitos dos trabalhadores não docentes, e que a aplicação do SIADAP na Administração Pública Portuguesa, seja efetuada corretamente, já bastando a injustiça criada pelas quotas na avaliação de desempenho relevante e desempenho excelente.

João Gois Ramalho
Presidente do STAAEZCENTRO

**FUNCIONÁRIOS
de
ESCOLA
TAMBÉM EDUCAM**



FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO



Adiamento de respostas e insatisfação dos trabalhadores



“O ano escolar que agora está a terminar não trouxe a resolução de importantes e justas reivindicações dos trabalhadores da educação”. Esta é a mensagem principal sobre educação patente na Resolução do Secretariado Nacional (SN) da UGT, de 28 de junho de 2017, em Lisboa, aprovada por unanimidade e aclamação. O SN exprimiu, assim, a sua preocupação pelo adiamento de respostas que são urgentes, porque delas muito depende a necessária valorização destes trabalhadores e a qualidade da Educação em Portugal.

Se é certo (continua a Resolução) que no início do ano de 2016 a Assembleia da República e o governo adotaram algumas importantes decisões que eram exigidas por esses trabalhadores, a verdade é que muitos problemas ficaram sem resposta, apesar de sucessivamente inventariados e apresentados ao Ministério da Educação (ME) pelos sindicatos da UGT. Alguns desses problemas são comuns à generalidade dos traba-

lhadores da Administração Pública (AP), como é o caso da garantia, que não pode deixar de ser dada, de que o descongelamento de carreiras seja universal, a partir de 1 de janeiro de 2018, no quadro dos normativos em vigor, isto é, sem se alterarem as estruturas de carreiras atualmente vigentes.

Mas também é preciso que os trabalhadores vejam reconhecido o direito à posterior consideração do tempo de serviço congelado, para efeitos de posicionamento em carreira. Uma década de salários e carreiras congelados é inaceitável, para mais quando não são assumidos quaisquer compromissos ou calendarização para o encontro de uma solução. Também a questão da aposentação, sendo comum a todos os trabalhadores da AP, não pode deixar de vir a contemplar a especificidade do desgaste profissional associado ao desempenho da atividade profissional docente. Mas a verdade é que o ME não teve até agora capacidade para abrir espaços de debate e reflexão sobre esta matéria, o que

se lamenta. Importa garantir com urgência o rejuvenescimento do corpo docente, em favor dos nossos alunos, criando novas dinâmicas e ligações entre os mais novos e os docentes que são detentores de muito saber e experiência acumulada, o qual pode ser aproveitado para a integração, acompanhamento e apoio pedagógico aos que entram no sistema de ensino.

A Resolução prossegue referindo que também ficaram sem adequada solução as matérias relativas à eliminação da precariedade que marca o sector, com o recurso sistemático a contratações sucessivas de docentes, sem reconhecimento do direito à vinculação daqueles que estão a satisfazer necessidades permanentes do sistema educativo. Deste modo, o SN apoia os seus sindicatos em todas as ações que possam conduzir a que estas matérias, e outras que são relevantes para se garantirem respostas educativas inclusivas e de sucesso para todos, sejam resolvidas através de verdadeiros processos negociais, em que se valorizem os trabalhadores docentes e não docentes, reconhecendo-lhes adequadas condições de trabalho e perspetivas aliciantes de carreira.

Só com profissionais reconhecidos e valorizados, sublinha a Resolução, se pode caminhar no sentido da excelência, elevando os padrões de qualidade do serviço que prestam e desenvolvem diariamente com as crianças e jovens, para um Portugal cada vez melhor.

V conferência sobre Igualdade de Género em Évora

A V edição do ciclo de Conferências sobre “Igualdade de Género: Um Desafio para a Década” prosseguiu em 3 de junho de 2017, em Évora, com um painel da manhã intitulado “O Papel da Mulher na Europa e no Mundo” e um outro na parte da tarde sobre “Igualdade de Género na Ordem Jurídica Internacional”. O primeiro painel integrou uma conferência da eurodeputada Maria da Graça Carvalho e uma outra, da autoria de Helena Pereira de Melo, que abordaram questões relacionadas com o papel da mulher na sociedade do conhecimento.

A sessão de abertura, presidida por Eduardo Cabrita, Ministro-Adjunto, coube a Rui Nunes (Prof. Catedrático da Faculdade de Medicina do Porto), coordenador do projeto, Carlos Silva (Secretário-Geral da UGT), Miguel Guimarães (Bastonário da Ordem dos Médicos), Edgar Loureiro (Presidente do SINDITE) e Lina Lopes, Presidente da Comissão de Mulheres da UGT.

Segundo Rui Nunes, o objetivo desta iniciativa é o de promover ações que permitam contagiar a sociedade com o debate e a reflexão sobre a Igualdade de Género, de modo que sejam alcançados consensos, conquistados avanços culturais e mobilizada a comunidade internacional.

De referir que em outubro de 2016 uma proposta de criação da Declaração Universal de Igualdade de Género da UNESCO, subscrita por um grupo de investigadores liderado por Rui Nunes, venceu um concurso público internacional em que participaram 120 países.

Este conhecido catedrático da Faculdade de Medicina do Porto considera a proposta “de pendor univer-



sal, tocando diferentes domínios da igualdade entre homem e mulher em qualquer sociedade do planeta, independentemente do nível de desenvolvimento, sobretudo nas áreas de acesso à educação e também em questões relacionadas com literacia em saúde”.

O grande mérito da proposta portuguesa é o de ter como matriz uma declaração de igualdade de género que é aplicável tanto em países mais desenvolvidos, como a Alemanha ou Portugal, como em países onde a igualdade de género ainda está a dar os primeiros passos.

O encerramento desta conferência esteve a cargo de Carlos Zorrinho, deputado ao Parlamento Europeu, e Dina Carvalho, secretária-geral-adjunta da UGT.

Refira-se a propósito que para Rui Nunes Portugal está na vanguarda nas questões dos direitos humanos e nas várias vertentes da igualdade de género, tendo a possibilidade de moldar definitivamente a legislação, a prática e os costumes de diferentes países.

O tema da igualdade de género assume também uma importância primordial na dinâmica sindical da UGT, que defende uma necessidade profunda de reflexão sobre as dificuldades que as mulheres ainda enfrentam para chegar a cargos de gestão, seja na Administração Pública, seja no mundo empresarial. Para Carlos Silva, estas questões têm sido um pilar fundamental da atuação da UGT, que tem levado ao Parlamento e aos partidos políticos um conjunto de propostas que procuram encontrar um equilíbrio na representatividade entre homens e mulheres.

O ciclo de Conferências sobre “Igualdade de Género: Um Desafio para a Década” é promovido pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Ordem dos Médicos, SINDITE (Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica) e União Geral de Trabalhadores (UGT).

A primeira conferência deste ciclo decorreu no Porto em 26 de novembro de 2016 e estão previstas sessões noutras capitais de distrito.

Temos que fazer mais em matéria de inovação, empreendedorismo e inclusão



A FNE foi um dos oradores convidados do Evento de Alto Nível da Aliança Europeia das Aprendizagens (EAfA), da Comissão Europeia, que celebrou quatro anos de existência no Malta College of Arts, Science and Technology – MCAST, nos dias 30 e 31 de maio de 2017, em Malta. O evento decorreu no âmbito da Presidência maltesa da União Europeia.

O convite à FNE (Joaquim Santos) estendeu-se a um aluno da Escola Profissional de Aveiro (EPA), José Maia, que se juntaram a representantes de empresas multinacionais, escolas profissionais de toda a Europa, Câmaras de Comércio e Indústria, ao Ministro da Educação e do Emprego de Malta, a organizações sindicais e a outros parceiros que já assinaram um Compromisso com a Aliança.

A intervenção da FNE disse essencialmente respeito à atualização de atividades no âmbito da Aliança desde junho de 2015, data em que assinou um Compromisso em Riga, na Letónia. Refira-se a propósito que o Compromisso da FNE tem que ver com a melhoria da imagem, relevância e qualidade da educação nos cursos de aprendizagem, tanto em Portugal como na Europa.

Para a FNE, o seu compromisso tem sido muito positivo, pois deu origem a um foco mais aprofundado em toda a problemática da qualidade dos cursos de aprendizagem e da envolvência dos professores e formadores do ensino profissional. Um dos aspetos mais importantes a salientar é a promoção dos cursos de aprendizagem como veículo de inclusão.

Perguntada sobre os grandes desafios a enfrentar nesta área, a FNE salientou, entre outros, a integração da Educação e da Formação, a criação de um novo currículo, o estabelecimento de respostas rápidas ao mercado laboral, o desenvolvimento de competências digitais, a integração de mais pequenas e médias empresas, um maior envolvimento dos parceiros sociais e a promoção de uma boa imagem dos cursos de aprendizagem. Um especial destaque foi dado à necessidade do acesso regular a um desenvolvimento profissional contínuo para todos os professores e formadores do ensino profissional.



James Calleja, diretor do CEDEFOP (Centro Europeu de Desenvolvimento da Formação Profissional), agência da Comissão Europeia, mencionou que a situação ideal é os cursos de aprendizagem se inscreverem no triângulo da Inovação, Empreendedorismo e Inclusão, embora haja ainda um longo caminho a percorrer seja nos dois primeiros, seja quando falamos dos três vetores em comum. “O nosso comprometimento é muito alto, mas precisamos de ir muito além”, referiu. James Calleja sublinhou ainda que a cooperação com todas as partes interessadas está a aumentar e que vê com muito bons olhos a expansão dos cursos de aprendizagem para o público de adultos.

Por sua vez, Arnaldo Abruzzini, CEO da Eurochambers, notou que o que já fizemos é “apenas uma gota no oceano”, pois há milhões de europeus sem emprego nem perspectivas. “Por vezes sinto que os governos não vão mais longe porque temem perder o controlo da situação” – confidenciou, perguntando logo de seguida o seguinte: “Por que é que não temos objetivos quantificados da União Europeia nesta área? Vamos então propô-los”.

O evento em Malta serviu também para dar as boas-vindas a 34 novas adesões à EAfA, uma das quais a do Governo Português, pela mão de Paulo Feliciano, Vice-Presidente do Conselho Diretivo do IEFP, que se juntou assim à Islândia e Sérvia. O objetivo dos 208 compromissos agora existentes em 35 países, 27 dos quais da União Europeia, é o de reforçar a qualidade, oferta, imagem e mobilidade nos cursos de aprendizagem na Europa. De acordo com a



José Maia, da Escola Profissional de Aveiro intervém no evento de Malta

Comissária europeia Thyssen, mais de 700 mil ofertas educativas foram mobilizadas desde o início da EAfA, em 2013.

Entretanto, a FNE soube em Malta que é intenção da Comissão Europeia premiar, pela primeira vez, um professor / formador na II Semana Europeia do Ensino Profissional, a decorrer no final deste ano de 2017.

Do programa deste evento constou o lançamento de uma Nova Rede de Formandos de Cursos de Aprendizagem, o delineamento de estratégias para o futuro da Aliança e visitas a alguns setores de negócios de Malta, envolvidos em Cursos de Aprendizagem, como os da metalurgia, serviços e aeronáutica.

Como próximo passo, deve ser adotado, no segundo semestre de 2017, o Quadro Europeu de Qualidade para as Aprendizagens Efetivas, tendo a FNE já participado em duas audições dos parceiros sociais europeus com a Comissão Europeia, a última das quais em 7 de junho de 2017, em Bruxelas. Entretanto, os serviços

de apoio da Comissão serão brevemente lançados e foi anunciado para 2018 um novo evento, que vai comemorar os cinco anos da Aliança.

Em sequência da reunião de Malta, a Aliança organiza, em 14 e 15 de setembro de 2017, em Espanha, um novo seminário, desta feita em parceria com o governo Basco e a Petronor, e ainda um Seminário Regional, em 26 e 27 de outubro de 2017, em Montenegro, destinado a países candidatos. Por sua vez, em 22 de novembro, a Aliança reúne-se em Bruxelas, no âmbito da II Semana Europeia das Competências Profissionais, focada nas competências digitais e na apresentação dos candidatos aos Prémios da EAfA.

Os cursos de aprendizagem permitem a obtenção de uma certificação escolar e profissional e privilegiam a inserção no mercado de trabalho (potenciada por uma forte componente de formação realizada em contexto de empresa) e o prosseguimento de estudos de nível superior.

FNE na Conferência Intermédia da CES em Roma

A FNE (com Alexandre Dias) foi uma das quatro organizações que integrou a delegação do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) à Conferência Intermédia da CES (Confederação Europeia de Sindicatos), dedicada ao tema “SOS Europa para os trabalhadores europeus”, realizada em 29, 30, e 31 de maio de 2017, no histórico Teatro Quirino, em Roma.

Aproveitando a celebração do 60º aniversário do Tratado de Roma, a opção por esta cidade foi estratégica, procurando associar-se à efeméride comemorativa do nascimento do projeto europeu, sublinhando-se também a importância dos vários tratados europeus para a história recente do velho continente.

O primeiro dia foi dedicado à celebração oficial do 60º aniversário do Tratado de Roma. Luca Visentini, Secretário-Geral da CES, lembrou o papel desta organização na construção do diálogo social na União Europeia. O evento contou com a participação ativa de Marianne Thyssen, Comissária Europeia nas áreas do Emprego, Assuntos Sociais, Competências e Mobilidade laboral, Enzo Moavero (Universidade de Milão), Giuliano Poletti (Presidente da Comissão Laboral da Câmara Italiana dos Deputados) e Carmelo Barbagallo, Secretário-Geral da UIL, em representação de todas as confederações italianas (CGIL-CISL-UIL).

O dia 30 de maio foi dedicado aos trabalhos da Conferência. Fez-se um debate introdutório sobre a



campanha “S.O.S. - a Europa para os trabalhadores: o futuro que queremos construir para os trabalhadores europeus e as suas famílias”, que está a funcionar na plataforma da CES sobre o futuro da Europa. Seguidamente realizou-se uma sessão sobre o manifesto de Paris e o Plano de ação da CES, centrada em quatro debates, coordenados por elementos da Comissão executiva.





O primeiro debate centrou-se na política económica: investimento para a criação de empregos de qualidade, reformando a governação económica europeia, mediado pela Vice-Secretária-Geral Katja Lehto-Komulainen. O segundo debate centrou-se na reconstrução da negociação coletiva, o aumento do salário na Europa e o pilar dos direitos sociais, coordenado pela secretária confederal Esther Lynch. O terceiro debate analisou a democracia no trabalho, o futuro da participação dos trabalhadores e a política europeia para a indústria 4.0, coordenado pelo Vice-Secretário-Geral Peter Scherrer. O quarto debate apresentou algumas perspetivas sobre o futuro do trabalho e o futuro do movimento sindical europeu e foi coordenado pelo secretário Confederal, Thiébaud Weber.

No dia 31, os temas em debate visavam uma análise abrangente sobre alguns aspetos do futuro da Europa. O quinto debate analisou a questão do desenvolvimento sustentável e a transição justa, baseada na igualdade de género, coordenada pela secretária confederal Montserrat Mir. No sexto debate analisou-se a questão da imigração e mobilidade, a integração e a igualdade de tratamento e a luta contra o dumping social, coordenado pela secretária confederal Liina Carr.

Dos vários debates surgiram propostas e preocupações referentes ao futuro da Europa e à complexidades dos desafios que os sindicatos e os cidadãos terão de enfrentar. A participação dos vários sindicalistas refletiu o momento de tensão que se vive ao nível do diálogo social e a apreensão face ao futuro dos trabalhadores.



O CSEE participou ativamente nos debates sendo que todos os membros da delegação deram o seu contributo em diferentes momentos. No caso da FNE foram apresentadas algumas preocupações, mormente a questão da qualidade da educação, a integração europeia e a promoção do sucesso escolar, a integração dos trabalhadores migrantes, os cortes na educação e as nefastas consequências dos mesmos na atratividade na profissão.

Na tarde do dia 31 foi ainda aprovada, por unanimidade, a “Declaração Sindical de Roma sobre o Futuro da Europa” e debatidas propostas para mudanças organizacionais na CES. Foi ainda aprovada a proposta do Comité das mulheres da CES no sentido de estabelecer uma quota e paridade de género na estrutura sindical.

Alexandre Dias

https://www.etuc.org/sites/www.etuc.org/files/document/files/etuc_mid-term_conference_rome_2017_democracy_at_work.pdf



17 de maio de 2017

Movimento sindical unido no Dia Internacional contra a Homofobia



Em 17 de maio de 2017, Dia Internacional contra a Homofobia, a CSI (Confederação Sindical Internacional) e as duas grandes federações globais da educação PSI (Internacional dos Serviços Públicos) e IE (Internacional da Educação) emitiram uma declaração conjunta, reafirmando o seu compromisso com a realização de todos os direitos humanos e promovendo a igualdade e solidariedade no movimento sindical e na sociedade.

Na verdade, o movimento sindical internacional está fortemente empenhado na realização de todos os direitos humanos, na promoção da igualdade e da solidariedade nos sindicatos e em todas as sociedades. Os sindicatos desempenham um papel fundamental na promoção dos direitos humanos e da inclusão social das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI), no local de trabalho e na sociedade em geral.

Registaram-se progressos importantes nas últimas décadas. No entanto, a necessidade de desafiar o preconceito e a ignorância permanece aguda em alguns contextos, e os novos desa-

fios que poucos poderiam ter imaginado há alguns anos surgiram em outros contextos. Os dirigentes sindicais trabalham e vivem em muitos países que criminalizam o homossexualismo ou relacionamentos do mesmo sexo, e as pessoas transgêneros ainda experimentam altos níveis de violência muito frequentemente, inclusive a violência no próprio mundo do trabalho.

Por ocasião do Dia Internacional contra a Homofobia, as três organizações globais pediram a todos os líderes sindicais que se expressem contra todas as formas de discriminação e digam "Chega!" à promoção do discurso de ódio e falsidades direcionadas a pessoas LGBTI. Também pediram aos sindicatos de todo o mundo que tomem uma posição firme contra o retrocesso em leis e atitudes discriminatórias que prejudicam os direitos LGBTI.

O PSI, a CSI e a IE exigem que os governos promovam políticas públicas que acelerem a igualdade e penalizem todas as formas de discriminação. Sindicalistas de todo o mundo estiveram deste modo na vanguarda da luta para defender, proteger e promover os direitos LGBTI e acabar com a dis-

criminação, o assédio e a violência no local de trabalho, desde o surgimento da primeira publicação conjunta da IE e da PSI, trabalhando em conjunto para gays e lésbicas em 1999 e em 2007.

Essas publicações foram projetadas para aumentar a consciencialização sobre questões que afetam trabalhadores lésbicas e gays, e serviram como ferramenta para compartilhar boas práticas em torno do recrutamento e mobilização de trabalhadores lésbicas, bissexuais, gays e trans. Em 2004, a IE e a PSI estabeleceram um fórum conjunto, que se reuniu em vésperas de diversos congressos mundiais das duas organizações (Brasil 2004, Viena 2007 e Cidade do Cabo, 2011). O próximo Fórum conjunto LGBTI ocorrerá antes do 30º Congresso Mundial da PSI em Genebra, a 30 de outubro de 2017. Colocando os direitos LGBTI na agenda sindical, outras federações sindicais priorizaram os direitos LGBTI no local de trabalho, incluindo a sua integração nos acordos de negociação coletiva e estabelecendo órgãos e programas específicos sindicais para promover esses direitos.

É possível fazer ainda mais. No cenário sociopolítico atual, onde os direitos LGBTI estão em conflito em tantos países, os sindicatos devem continuar a mostrar uma liderança clara e decisiva na proteção e promoção dos direitos LGBTI.

"Muitos filiados nossos fazem um trabalho muito valioso que precisa ser reconhecido", disse Fred Van Leeuwen, Secretário-Geral da IE. Rosa Pavanelli, Secretária-Geral da PSI, declarou por sua vez que "o movimento sindical precisa desenvolver estratégias conjuntas para combater a discriminação e a violência, com base na orientação sexual e na identidade de gênero no local de trabalho".

Neurociência também o comprova

Educação e Cuidados na Primeira Infância são cruciais

Um conjunto consolidado de pesquisas nos últimos anos, em particular da Neurociência, mostra que a Educação e Cuidados na Primeira Infância (ECEC, na sigla inglesa) fornece uma base crucial para as aprendizagens futuras das crianças, promovendo o desenvolvimento de competências cognitivas e não cognitivas (como o desenvolvimento sócio-emocional), tão importantes para o sucesso mais tarde na vida.

Esta é também a conclusão do recente relatório da OCDE “Starting Strong 2017”, que inclui os mais recentes indicadores sobre Educação e Cuidados na Primeira Infância, disponibilizados em junho de 2017, e que evidencia que os resultados das aprendizagens das crianças são mais equitativos, reduzem a pobreza e melhoram a mobilidade social de geração em geração.

O número de anos na Educação Pré-Escolar (ISCED 0) também é um forte preditor do nível de desempenho alcançado em etapas posteriores, tanto dentro como fora da escola. Os dados do Programa para Avaliação Internacional de Alunos - PISA 2015 mostram que as crianças que frequentaram a Educação Pré-Escolar durante pelo menos dois anos têm, em média, melhores resultados aos 15 anos do que as outras. Depois de se considerar o nível socioeconômico do aluno e da escola a diferença é ainda estatisticamente significativa em metade dos 57 países com dados disponíveis.

Os benefícios da ECEC não se limitam aos resultados de aprendizagem. Os dados confirmam que uma ECEC acessível e de alta qualidade, com um número adequado de horas por semana, contribui para o aumento da participação das mulheres no mercado laboral. A relação entre a participação da mãe no mercado de trabalho e as taxas de frequência na educação pré-escolar é forte, especialmente para quem tem o filho mais novo abaixo dos três anos.

Assim, nos países onde as taxas de participação no mercado de trabalho das mães são mais altas, como na Dinamarca, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Eslovénia e Suíça, a proporção de crianças pequenas matriculadas em cuidados infantis formais é também mais alta.



Nas últimas décadas, os governos reconheceram a importância do investimento público em ECEC e delegaram a responsabilidade pelo financiamento público nas autoridades locais. E o nível de qualificação necessário para ser um educador aumentou. Se bem que os salários sejam ainda inferiores aos professores do ensino superior.

O acesso universal ou quase universal a pelo menos um ano de ECEC tornou-se a norma. No entanto, a oferta de ECEC a crianças com menos de três anos assume diversas formas nos países da OCDE. O acesso universal não garante, no entanto, uma boa qualidade.

Este relatório sublinha a existência de alguns desafios na melhoria deste setor educativo, relacionados com o financiamento, melhoria das condições de trabalho e de desenvolvimento de carreira dos trabalhadores da educação, envolvimento dos pais, currículo, acesso e governança, equidade e lacuna de conhecimentos por parte das crianças.

Escolas prontas para as crianças e não crianças prontas para as escolas



Os primeiros anos de vida estabelecem as bases para o desenvolvimento e aprendizagem de competências futuras. A transição do pré-escolar para a escola primária é um grande passo para todas as crianças. Uma experiência adequada e favorável nesta fase provavelmente influenciará o desenvolvimento de todo o seu potencial na escola, tanto acadêmico como social – refere o relatório da OCDE *Começar em Força V- Transições da Educação Pré-Escolar e Cuidados para a Infância para o 1º Ciclo*, acabado de publicar em junho de 2017.

O investimento numa Educação Pré-Escolar e Cuidados para a Infância (ECEC – em inglês) de grande qualidade e em transições harmoniosas entre

as várias etapas da educação inicial são fundamentais para a aprendizagem e o desenvolvimento a longo prazo das crianças. Atualmente, há poucos conhecimentos políticos sobre como os países da OCDE projetam, implementam, gerenciam e monitorizam as transições. O preenchimento destas lacunas é importante para garantir um sistema de educação inicial mais equitativo.

A OCDE fez um balanço das políticas e práticas de transição em 30 países e parceiros. Este relatório salienta que se introduziram uma ampla gama de estratégias, políticas e práticas para garantir a continuidade nas transições.

1) ORGANIZAÇÃO E GOVERNANÇA

Um número crescente de crianças em tenra idade experimenta uma transição de casa para a escola, mas também entre estruturas de educação. Diariamente, elas podem ainda fazer a transição de um ambiente de ensino pré-primário ou escola primária para

um centro pós-escolar. As responsabilidades da ECEC estão cada vez mais integradas nos Ministérios da Educação, o que facilita a colaboração entre os níveis educacionais e reforça a coerência. No entanto, persistem desafios como a incoerência entre re-

giões na abordagem da transição, a dificuldade em envolver todos os atores, a fraca colaboração entre as partes interessadas e a desigualdade nas transições.

2) CONTINUIDADE PROFISSIONAL

Os educadores e professores do 1º ciclo têm, no geral, acesso a formação sobre as questões que envolvem as transições e os níveis de qualificação exigidos. No entanto, os educadores

ainda têm menos tempo disponível do seu trabalho para tarefas que não envolvam o contato com crianças. Os principais desafios são a discrepância entre o estatuto e as perspetivas de

ambos os profissionais, a falta de formação e apoio relevantes em transições em ambos os níveis, além dos obstáculos estruturais à cooperação e à coordenação.

3) CURRÍCULO E CONTINUIDADE PEDAGÓGICA

A pedagogia está cada vez mais alinhada entre os dois níveis de ensino. Os currículos estão alinhados ou totalmente integrados em três quartos das jurisdições do estudo, garantindo que as técnicas e estratégias educativas não variem muito nas transições. O alinhamento também é reforçado pela inclusão de novos temas nos cur-

rículos pré-primários de alguns países. No entanto, ainda há desalinhamento em algumas características estruturais. Na maioria das jurisdições, as crianças têm uma relação equiparada menos favorável durante o primeiro ano da escola primária do que durante o último ano da educação pré-escolar, o que causa distorções na

continuidade da aprendizagem e do bem-estar. Outros desafios incluem as diferenças e inconsistências nos currículos, a falta de compreensão pedagógica compartilhada entre os dois sistemas e uma pedagogia inconsistente durante as transições.

4) CONTINUIDADE NO DESENVOLVIMENTO

Na maioria dos países, crianças e pais estão preparados para a transição para o 1º ciclo, através de atividades desenvolvidas no último ano do pré-escolar. Além disso, a maioria das jurisdições oferece um apoio extra a crianças com necessidades educativas especiais durante ou após as transições, através da colaboração com ou-

tros serviços comunitários.

No entanto, os países, os municípios, as estruturas de ECEC e as escolas variam no reconhecimento da importância da participação das crianças nos preparativos para a transição e na formação sobre políticas e práticas educativas. Principais desafios: cons-

ciencializar e envolver os pais no processo de transição (particularmente os provenientes de contextos mais desfavorecidos), promover relações equilibradas e a compreensão entre educadores e professores de ambos os níveis e aumentar a cooperação com outros prestadores de serviços de desenvolvimento infantil.

O relatório “Começar com Força V” faz ainda as seguintes recomendações:



- um foco maior “na criação de escolas prontas para crianças e não em crianças prontas para a escola”.

- a responsabilidade compartilhada de todas as partes interessadas, incluindo pais, serviços sociais, educadores, professores do 1º ciclo, autoridades nacionais e locais.

- superar bloqueios estruturais para a cooperação e para a continuidade.

- contributo da liderança local para garantir que as transições correspondam às necessidades locais, aos diversos contextos culturais e socioeconómicos e às expectativas (parentais).

- assegurar medidas de equidade nas transições, para ultrapassar os desafios das crianças desfavorecidas.

120 milhões de adultos não têm competências de literacia e matemática

Mais de 200 milhões de adultos nos países da OCDE (cerca de um em quatro) têm baixas competências de literacia e matemática, 120 milhões deles (60%) em ambos os domínios, encontrando-se numa situação adversa quando se fala em enfrentar os desafios da globalização. A revelação é feita no relatório *Perspetivas das Competências 2017 da OCDE*, focado nos desafios da globalização, acentuadamente nas cadeias de valor global.

Durante as duas últimas décadas, o mundo entrou numa nova fase da globalização, que trouxe aos países e trabalhadores novos desafios e oportunidades. Impulsionada pelo auge das tecnologias de informação, a produção foi globalizada e fragmentada com o recurso às chamadas cadeias de valor global e os trabalhadores de diferentes países contribuem hoje para o desenho, a produção, a comer-

cialização e as vendas dos mesmos produtos. Nos países da OCDE, um terço dos postos de trabalho no setor empresarial dependem, em média, da procura dos países estrangeiros. E 30% do valor das exportações dos países da OCDE vêm agora do exterior.

Os efeitos das cadeias de valor global nas economias e sociedades são mais complexos, difusos e interdependentes que em etapas anteriores da globalização. A globalização está a colocar-se numa situação de dúvida. Os países precisam de redobrar esforços para que ela traga benefícios a todos. *O Panorama das Competências 2017* da OCDE mostra que, investindo nas competências da sua população, os países podem ajudar a garantir que a sua participação nos mercados globais se traduza em melhores resultados económicos e sociais.

Competências são importantes para a globalização

As competências podem ajudar os países a integrarem-se em mercados globais e especializarem-se nas indústrias tecnologicamente mais avançadas. Quando o desenvolvimento de competências é acompanhado pela participação em cadeias de valor global os países podem ter um crescimento de produtividade mais acentuado. Os países que tiveram o maior aumento de participação em cadeias de valor global durante o período 1995-2011 alcançaram um crescimento anual adicional de produtividade do trabalho na indústria. Este crescimento extra foi de 0,8 pontos percentuais em indústrias que oferecem um menor potencial de fragmentação da produção até 2,2 pontos percentuais nas de maior potencial, tais como muitas indústrias de fabricação de alta tecnologia.

Para se integrarem e crescerem nos mercados globais, todas as indústrias precisam de trabalhadores que não só tenham boas competências cognitivas (incluindo a alfabetização, noções de cálculo aritmético e resolução de problemas), mas também competências de administração e comunicação, assim como vontade de aprender. A fim de difundir em toda a economia os ganhos de produtividade, derivados da participação em cadeias de valor global, as

pequenas e grandes empresas precisam de trabalhadores com tais competências.

Para se especializarem em indústrias tecnologicamente mais avançadas, os países também precisam de trabalhadores com boas competências sociais e emocionais (tais como gestão, comunicação, organização) para complementarem as cognitivas. Um país com uma combinação de competências bem alinhadas com os requisitos de indústrias de tecnologia avançada podem especializar-se, em média, 10% mais nessas indústrias do que em outros países.

Os países precisam de igual modo de trabalhadores com certificações que reflitam fielmente as suas capacidades. Muitas indústrias de tecnologia avançada exigem que os trabalhadores possam executar sequências de longas tarefas; o mau desempenho em qualquer fase reduz acentuadamente o valor de produção. Os países com tais trabalhadores podem especializar-se nestas indústrias em média 2% mais que os países com resultados de competências menos seguros.

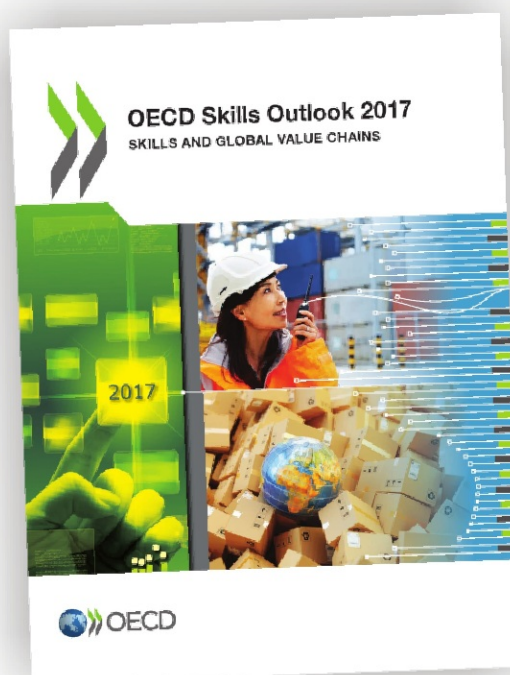
Competências podem ajudar as pessoas a lidar com os possíveis efeitos negativos das cadeias de valor global

Os países podem reduzir a exposição dos trabalhadores ao risco da terceirização (a deslocalização da produção para outros países), investindo no seu desenvolvimento de competências. O que as pessoas fazem no local de trabalho, logo o tipo de competências a adquirir, também influencia em elevado grau a exposição dos seus empregos a fatores de risco. Quando os trabalhadores têm as competências necessárias podem desenvolver melhor o seu trabalho ou adaptar-se mais facilmente à evolução das necessidades.

Os trabalhadores com melhores qualificações conseguem empregos de melhor qualidade em todos os países da OCDE. No entanto, os países que estão mais envolvidos em cadeias de valor global reportam uma diferença maior na qualidade do emprego entre os trabalhadores de maior e menor nível educacional.

Relatório para consulta:

http://www.oecd-ilibrary.org/education/oecd-skills-outlook-2017_9789264273351-en



Competências acompanham de modo diferente a integração global dos países

Os países precisam de investir em competências não só para ajudar as pessoas a entrar no mercado de trabalho e protegê-los contra os riscos de perda de emprego e de trabalho de má qualidade, mas também para ganharem a competitividade internacional e o progresso económico num mundo interligado.

Durante os últimos 15 anos, a partir de diferentes pontos de partida, a Coreia e a Polónia aumentaram a sua participação em cadeias de valor global e a sua especialização em indústrias de tecnologia avançada, ao mesmo tempo em que melhoraram as competências da sua população, alcançando assim ganhos económicos e sociais, com que têm colhido os devidos frutos.

O Chile e a Turquia aumentaram significativamente a sua participação em cadeias de valor global, adquirindo as competências necessárias para enfrentar estes desafios, assim obtendo bons resultados em termos de emprego. No entanto, as suas competências não estão bem alinhadas com os requisitos de indústrias de tecnologia avançada,

o que explica, em parte, a sua baixa especialização nestas indústrias.

A Alemanha e os Estados Unidos também aumentaram significativamente a sua participação em cadeias de valor global. No entanto, as competências da população alemã sustentam os padrões de especialização industrial do país, enquanto isso ocorre, em menor medida, nos Estados Unidos. Alguns países, como a Grécia (e em certa medida a Bélgica) estão deficientemente integrados nas cadeias de valor global, não melhorando as competências das suas populações, nem tendo beneficiado destas cadeias como fontes de crescimento económico.

Para colher os benefícios de cadeias de valor global, os países devem investir em educação e formação, tirar mais partido das competências, coordenar melhor as políticas com elas relacionadas, desde políticas de educação e de migração até à legislação de proteção do emprego, alinhando-as com a indústria e o comércio.

Certificações de confiança e boas combinações de competências

Desde a primeira infância ao ensino na idade adulta, os sistemas de educação e formação devem apetrechar os alunos com boas combinações de competências. Isso exige centrar a atenção nas competências cognitivas enquanto estratégias de ensino inovadoras, flexibilidade na seleção de currículos e uma educação bem concebida para o empreendedorismo.

Os países podem alinhar melhor as características das suas competências com as exigências das indústrias, através da educação e capacitação técnica, de um ensino profissional de alta qualidade, com uma boa componente de aprendizagem em contexto de trabalho e políticas específicas para fomentar uma colaboração mais estreita entre o setor privado, as instituições de ensino superior e os institutos de investigação.

Os adultos precisam de desenvolver e adaptar continuamente as suas competências, pelo que os países devem remover barreiras para a aquisição posterior de competências, especialmente no caso de adultos com menor nível de educação. Os governos, empregadores, sindicatos e orga-

nismos de ensino e formação devem colaborar para criar oportunidades flexíveis de capacitação de emprego, aumentar o acesso dos adultos à educação formal e proporcionar aos trabalhadores a reconciliação do trabalho com a capacitação. Um maior reconhecimento das competências adquiridas por via informal ajudaria os trabalhadores a estarem melhor qualificados e a adaptarem a sua atividade profissional a necessidades em mudança.

As competências podem ajudar os países a alcançar um bom desempenho nas cadeias de valor global, mas apenas se as pessoas trabalharem em empresas e indústrias que tirem o máximo proveito das suas competências. Os países devem garantir que as pessoas possam transferir-se facilmente para empregos onde possam aproveitar bem as suas competências, além de garantir flexibilidade às empresas e segurança aos trabalhadores. Os países poderiam incentivar a adoção de práticas de administração eficazes, a elaboração de legislação de proteção ao emprego e regular cláusulas de não concorrência para permitir a possibilidade de partilha de experiência e conhecimento em toda a economia, de forma mais eficaz.

Promover a cooperação internacional em políticas de competências

Antes de competir para atrair talentos, os países poderiam cooperar no desenvolvimento de programas de educação e formação. Tais esforços de colaboração podem assegurar a qualidade e manter conhecimentos e competências de que as nações precisam para prosperar em cadeias de valor global. Também é possível melhorar as competênci-

as das economias em vias de desenvolvimento e facilitar o reconhecimento destas competências por outras nações. Os países poderiam considerar a conveniência de planos de financiamento que melhor reflitam a distribuição dos benefícios e custos, num mundo onde a educação e o processo de produção há muito já se internacionalizaram.



Literacia financeira: muito mais que apenas contabilidade

Há uma relação forte entre as competências de alfabetização financeira e a desvantagem social, salienta o Volume IV do PISA 2015, intitulado “Literacia Financeira dos Alunos”, cujos resultados incluem dez países da OCDE e cinco países não membros da organização, mas não Portugal. Um dos exemplos apresentados é que os alunos com antecedentes de imigração apresentaram níveis significativamente baixos de literacia financeira.

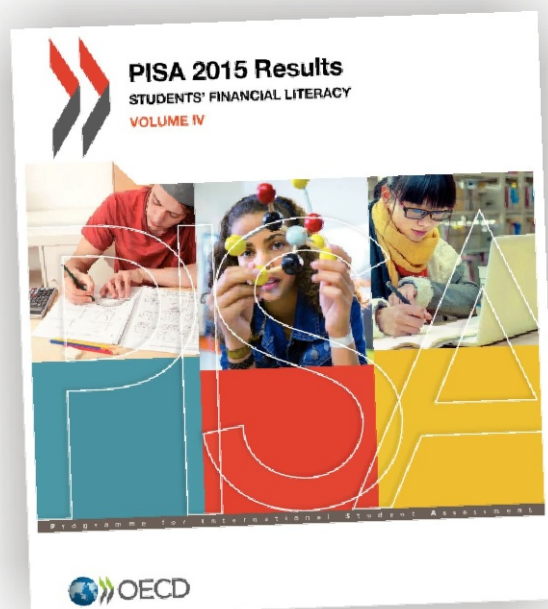
Deste modo, há uma clara divisão entre os 12 % dos alunos que estão no nível mais alto de literacia financeira e os 22 % que estão abaixo do que é considerado o nível mais básico. Em média, nos dez países e economias participantes da OCDE cerca de 38 % do índice de literacia financeira reflete fatores únicos para competências financeiras.

A partir de 56 % de alunos com contas bancárias e 64 % de jovens de 15 anos que ganham dinheiro com o trabalho formal ou informal, o relatório sublinha, embora com alguma variação entre países, uma correlação entre altos níveis de literacia financeira e altos níveis de realização na leitura e na matemática, frisando que a primeira é absolutamente essencial para a defesa dos consumidores.

Outros dados relevantes é que os pais têm a maior influência nos filhos em questões de literacia financeira e que, em média, as raparigas têm níveis mais elevados que os rapazes. Porém, a diferença de género é muito menor do que em leitura ou matemática e apenas em Itália os rapazes são melhores que as raparigas.

Cerca de um em cada quatro estudantes nos 15 países e economias não consegue tomar decisões simples em gastos diários, enquanto que apenas um em cada dez consegue entender questões complexas, como o imposto sobre o rendimento.

Cerca de 48 mil jovens participaram no teste, que avaliou o conhecimento e as competências dos adolescentes em torno de questões monetárias e pessoais, como lidar com contas bancárias e cartões de débito, ou entender taxas de juros num empréstimo ou num plano de pagamento a prestações. Esta é a segunda vez que o PISA é usado para avaliar a capacidade dos alunos em enfrentar situações da vida real, envolvendo problemas e decisões financeiras.



“Os jovens hoje enfrentam escolhas financeiras mais desafiadoras e perspectivas económicas e de emprego mais incertas, dada a rápida transformação socioeconómica, a digitalização e a mudança tecnológica”, afirmou o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, no lançamento do relatório em Paris, com a Rainha Máxima, da Holanda.

“No entanto”, acrescentou, “eles não têm muitas vezes educação, treino e ferramentas para tomar decisões informadas sobre questões que afetam o seu bem-estar financeiro. O que torna ainda mais importante o intensifiquemos os nossos esforços globais para ajudar a melhorar a competência vital essencial que é a literacia financeira”.

Por seu lado, a Internacional da Educação (IE) realçou em comunicado que a literacia financeira não é um problema de valor neutro e que o modo como o dinheiro é usado e a sua relação com as economias, impostos, contabilidade, bem-estar e oportunidades de vida são fundamentais para a criação de sociedades mais justas e inclusivas.

Os dez países da OCDE que participaram neste volume IV do PISA 2015 foram a Bélgica, Flandres, Canadá, Holanda, Austrália, Estados Unidos, Polónia, Itália, Espanha, República Eslovaca e Chile. Participaram ainda a China, Rússia, Lituânia, Peru e Brasil.

É preciso aumentar a oferta de formação em competências digitais



“TIC para o trabalho: Competências digitais no local de trabalho” é o título do estudo levado a cabo pela ECORYS e pelo Instituto Tecnológico dinamarquês (DTI) para a Comissão Europeia, DG Connect.

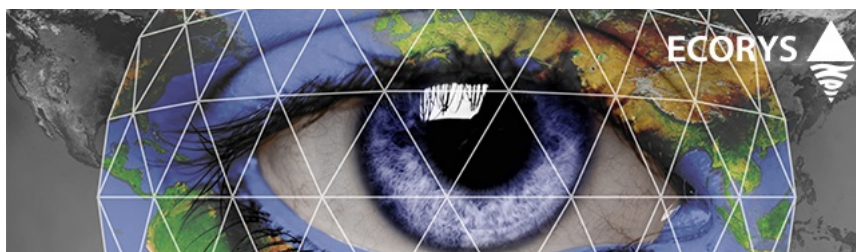
O estudo foi concetualizado e implementado para examinar a transformação dos empregos na economia digital da União Europeia, investigando a penetração das tecnologias digitais nos locais de trabalho, as competências digitais exigidas pelos empregadores e as competências digitais atualmente disponíveis nos locais de trabalho.

A digitalização da economia é um dos impulsionadores mais importantes por detrás da profunda transformação do mercado de tra-

balho e da forma como as pessoas trabalham, prevendo-se que se torne ainda mais significativa no decorrer dos próximos anos.

De acordo com os seus autores, este novo paradigma representa um grande desafio para os empregadores, os trabalhadores e as autoridades públicas, e os desafios precisam de ser totalmente compreendidos para identificar as opções políticas mais adequadas para transformá-los em oportunidades disponíveis para todos.

Nesta perspectiva, foram realizadas várias tarefas de pesquisa destinadas a coletar dados primários. Em particular, uma pesquisa de empregadores (o "European Digital Skills Survey") foi conduzida para investigar o uso de tecnologias digitais, competências digitais e lacunas de competências digitais no local de trabalho, enquanto entrevistas qualitativas foram realizadas para investigar o impacto das TIC na qualidade geral do trabalho, em relação a perfis de trabalho específicos.



No capítulo das conclusões, o estudo salienta que muito embora as tecnologias digitais sejam cada vez mais utilizadas em toda a economia as competências digitais parecem ser atualmente mais exigidas a funcionários altamente qualificados e menos propensas a ser exigidas a pessoal menos qualificado, a quem nem sequer são requeridas as competências básicas.

Esta divergência de competências corre o risco de aumentar a divisão digital, deixando uma grande proporção de trabalhadores atrasados e em risco de exclusão digital. Outra descoberta diz respeito à falta de disponibilidade de competências digitais no mercado de trabalho, por vezes insuficientes para atender às necessidades dos empregadores.

Na verdade, a velocidade com que os trabalhadores adquirem as competências digitais corretas nos locais certos é com frequência mais lenta do que a velocidade com que as tecnologias digitais estão evoluindo. Em consequência, as competências digitais também são frequentemente mais sujeitas à obsolescência.

O estudo também identifica uma questão relacionada com a idade, já que os trabalhadores mais velhos têm menos probabilidade de virem a ter competências digitais do que os trabalhadores mais jovens. Os resultados mostram ainda que os empregadores muitas vezes não reconhecem o quanto as lacunas de competências internas existentes afetam o desempenho no local de trabalho, demorando assim a lidar com o problema.

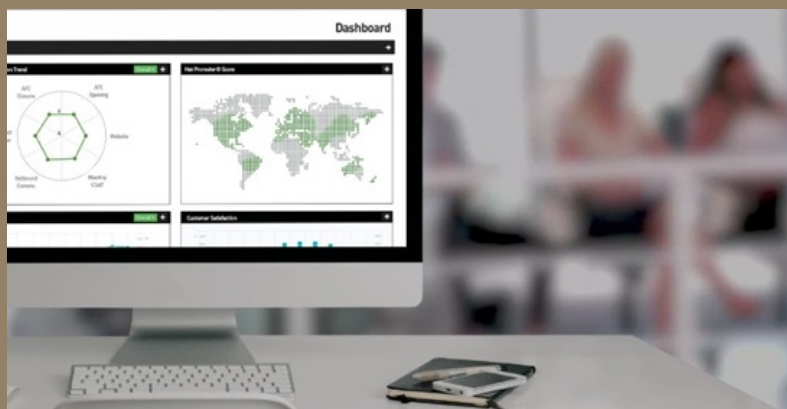
Outro resultado importante relaciona o tamanho do local de traba-

lho e o acesso às tecnologias digitais. Para locais de trabalho de micro e pequenas dimensões pode ser inviável investir para aumentar o uso de TIC. Além disso, dar acesso a formação aos trabalhadores pode ser visto como uma perda de tempo produtivo, além de caro. Acresce a isto que algumas micro e pequenas empresas consideram que não precisam de TIC para nada e não exigem competências digitais.

Finalmente, os desafios de competências aparecem altamente dispersos, uma vez que há setores

com diferentes procuras, e o equilíbrio da oferta e da procura é também ele diferente nos Estados-Membros.

A análise setorial indica que o recurso a tecnologias digitais é desigual em todos os setores económicos, particularmente no que diz respeito aos tipos de tecnologias digitais, sua velocidade de penetração e também a procura por competências digitais, com alguns setores claramente a liderar a "revolução digital" e alguns outros a seguir a um ritmo mais lento.



Tendo em conta este contexto, o estudo faz cinco recomendações essenciais:

- 1. Sensibilizar para as tecnologias digitais e para a necessidade de competências digitais.**
- 2. Promover o acesso às tecnologias digitais a micro e pequenas empresas.**
- 3. Expandir a oferta de competências digitais através do sistema de educação e formação.**
- 4. Promover o acesso a formação em contexto de trabalho.**
- 5. Construir parcerias com as partes interessadas, com base num diálogo social eficaz para aumentar a oferta de competências digitais.**

Conjunto de ferramentas combate abandono escolar precoce

Um novo conjunto de ferramentas online para resolver o abandono escolar precoce do ensino e formação profissional foi lançado no Fórum de Aprendizagem de Políticas do Cedefop sobre Educação e Formação Profissional (EFP), em 16 e 17 de maio de 2017, em Salónica, como uma solução para diminuir o abandono escolar precoce.

O conjunto de ferramentas alargado a toda a Europa fornece orientações práticas, dicas, boas práticas e ferramentas para auxiliar os formuladores de políticas e os provedores de educação e formação em atividades e políticas. Está inspirado por práticas bem-sucedidas de EFP que ajudam os jovens a obter pelo menos uma qualificação secundária superior.

O conjunto de ferramentas funciona de três maneiras, ajudando a:

- identificar alunos em risco de sair antecipadamente ou que já tenham deixado a educação;
- intervir para mantê-los ou trazê-los de volta ao sistema educativo;
- avaliar as medidas implementadas.

Uma nova ferramenta de auto-reflexão para os decisores políticos e dois planos de avaliação (um para os formuladores de políticas e outro para os provedores de EFP) pode ser usado para monitorar e avaliar o desempenho de políticas e práticas.

Participantes de países da União Europeia, Rússia, Turquia e organizações internacionais, incluindo o Banco Mundial, a OCDE e a WorldSkills, tiveram a oportunidade de testar as ferramentas no fórum e dar o seu feedback.

Antonio Ranieri, Chefe do Departamento de Aprendizagem e Empregabilidade do Cedefop, saudou os partici-

pantes no evento e afirmou que reduzir a saída precoce é a maneira mais económica de reduzir o baixo nível de competências.

No seu discurso de abertura, a diretora adjunta do Cedefop, Mara Brugia, sublinhou que embora a meta da União Europeia para reduzir a saída antecipada para menos de 10% até 2020 esteja a caminho de ser alcançada, o abandono escolar precoce ainda é um tema relevante, sendo preciso entendermos que tipo de políticas provavelmente serão mais efetivas no contexto regional ou nacional específico.

A Sra. Brugia observou que a pesquisa entretanto realizada deu-nos uma compreensão mais profunda de como o EFP pode ajudar a quebrar o ciclo vicioso de abandono precoce, desemprego e exclusão social.

A especialista do Cedefop Irene Psifidou, que organizou o fórum e desenvolveu o conjunto de ferramentas, referiu que agora temos a evidência e as ferramentas para capacitar o EFP no sentido de se tornar a solução para o problema da saída antecipada do sistema educativo.

Nas suas observações finais, o diretor do Cedefop, James Calleja, argumentou que o EFP deve deixar de ser um caminho alternativo, tornando-se uma primeira escolha, sublinhando a importância do fator humano nesta luta contra o abandono escolar precoce: "Devemos personificar os alunos que abandonam o sistema precocemente como alguns países conseguiram fazer".

E acrescentou que a ação deve vir do fundo para alcançar os primeiros na parte inferior da tabela. Em sua opinião, o novo conjunto de ferramentas do Cedefop pode ser uma arma poderosa na busca de dar aos jovens oportunidades para alcançarem o seu potencial.



200 mil morreram este ano a tentar alcançar Itália

Uma criança por dia morre na travessia do Mediterrâneo central

Pelo menos 200 crianças perderam a vida quando tentavam chegar às costas italianas desde janeiro de 2017, refere a UNICEF em comunicado. Por altura da reunião dos líderes do G7 em Taormina, Sicília (26 a 28 de maio de 2017), a UNICEF pediu-lhes que adotassem uma agenda para a ação, no sentido de proteger as crianças refugiadas e migrantes.

Pelo menos 200 crianças morreram durante a perigosa travessia do Mediterrâneo Central entre o Norte de África e a Itália desde o início do ano até agora – uma média de mais de uma criança por dia, segundo as mais recentes estimativas da UNICEF.

Os dados atualizados referentes às mortes de crianças surgiram no momento em que os líderes do G7 se reunia na Sicília, um dos pontos nevrálgicos da crise de refugiados e migrantes na Europa. Os dados de 2017 mostram que um número crescente de refugiados e migrantes, incluindo crianças, estão a optar pela perigosa rota do Mediterrâneo Central para chegar à Europa, apesar dos riscos que esta viagem representa. Entre 1 de Janeiro e 23 de Maio de 2017, mais de 45 mil refugiados e migrantes chegaram à Itália por mar – mais 44% relativamente ao mesmo período do ano anterior.

Este número inclui cerca de 5.500 crianças não acompanhadas e se-



A mensagem sindical é simples: acabemos com a discriminação contra as crianças migrantes e refugiadas

paradas – um aumento de 22% em relação a 2016 – que representam cerca de 92% de todas as crianças que chegam a Itália via Mediterrâneo Central.

“Mais crianças estão a arriscar a rota do Mediterrâneo Central para chegar a Itália, o que significa que mais crianças estão a morrer para lá chegar,” afirmou o Diretor Executivo Adjunto da UNICEF. “No último ano, chegaram a Itália 26 mil crianças não acompanhadas e separadas, o maior número de sempre. Mas se as tendências atuais se mantiverem, em 2017 serão muitas mais. É um recorde do qual não nos podemos orgulhar, mas antes o sinal de um falhanço coletivo em garantir a segurança e o bem-estar das crianças refugiadas e migrantes”.

Pelo menos 36 mil dos refugiados e migrantes resgatados desde janeiro foram levados para a Sicília, local onde se realizou a Cimeira do G7, e a Presidência italiana do G7 quis dar prioridade ao tema das migrações nas conversações deste ano.

“A Sicília representa um símbolo de esperança para as crianças desenraizadas que procuram uma vida melhor, mas é também o ponto de chegada de uma viagem extremamente perigosa que já reclamou a vida de muitas crianças pelo caminho,” afirmou Justin Forsyth. “Este é o momento de se mostrar uma verdadeira liderança mediante a adoção de um plano com medidas concretas para ajudar a proteger as crianças refugiadas e migrantes”.

Antes da Cimeira do G7, a UNICEF reuniu com os sherpas (representantes) do G7 nas respectivas capitais, pedindo-lhes que apoiem a liderança de Itália e adotem os seis pontos da agenda para a ação da UNICEF, a fim de proteger as crianças refugiadas e migrantes. A agenda inclui:

- 1. Proteger as crianças refugiadas e migrantes da exploração e da violência, em especial as crianças não acompanhadas;**
- 2. Acabar com a detenção de crianças requerentes do estatuto de refugiada ou migrante;**
- 3. Manter as famílias juntas como a melhor forma de proteger as crianças e de lhes atribuir um estatuto legal;**
- 4. Manter a aprendizagem de todas as crianças refugiadas e migrantes e assegurar-lhes acesso a serviços de saúde e outros de qualidade;**
- 5. Pressionar para que sejam tomadas medidas para combater as causas subjacentes aos movimentos de refugiados e migrantes em larga escala;**
- 6. Promover medidas para combater a xenofobia, a discriminação e a marginalização em países de trânsito ou de destino.**

Além da Agenda para a Acção, a UNICEF lançou também uma campanha em que apela ao público em geral para que mostre a sua solidariedade para com as crianças refugiadas e migrantes desenraizadas pela guerra, violência e pobreza. A campanha “#UmaCriançaÉumaCriança/#AChildIsAChild”, que incluiu um outdoor no centro de Taormina com a mensagem ‘Líderes do G7, protejam as crianças migrantes e refugiadas’, foi até à data apoiada por mais de dois milhões de pessoas nas redes sociais.



Números rápidos



Pelo menos

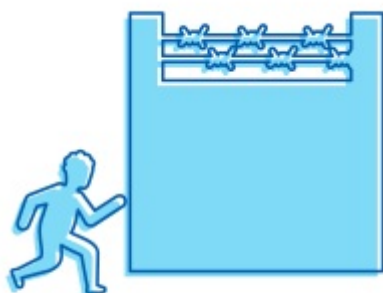
300,000

crianças não acompanhadas e separadas que se deslocaram através das fronteiras foram registradas em 80 países em 2015-16. Acima de 66.000 em 2010 - 2011.



92%

das crianças que chegaram à Itália pelo mar em 2016 não estavam acompanhadas. Acima de 75% em 2015.



100,000

crianças não acompanhadas foram apreendidas na fronteira entre o México e os Estados Unidos da América em 2015 e 2016.



75%

das crianças que chegaram a Itália relataram experiências tais como terem sido retidas contra sua vontade ou forçadas a trabalhar sem pagamento.

[Leia o Relatório](#)
[Agenda para a Ação da UNICEF](#)

https://www.unicef.org/emergencies/childrenonthemove/uprooted/?utm_source=media&utm_medium=email&utm_campaign=uprooted

Crianças refugiadas e não acompanhadas podem melhorar sistema educativo



Um número crescente de crianças refugiadas escolhe cada vez mais Itália para uma perigosa jornada em busca de um futuro melhor. Um novo estudo da Internacional da Educação (IE) revela o imenso desafio que as autoridades italianas e os trabalhadores da educação enfrentam para ajudar os milhares de menores não acompanhados a se integrar com segurança na sociedade, depois de chegarem às margens europeias.

Dos 28.223 refugiados menores que chegaram às praias da Itália em 2016, representando 15,5% de todos os que chegaram pelo mar, 91,5% viajaram sem um adulto. Estes números surpreendentes vi-

ram um aumento constante desde 2014 e não mostram sinais de diminuição.

Intitulado “A Jornada da Esperança – Educação para Crianças Refugiadas e Não Acompanhadas em Itália” (2017), da autoria de Sonia Grigt, o estudo fornece uma análise abrangente dos desafios enfrentados pela educação de menores refugiados e não acompanhados naquele país. Na verdade, ganhar acesso à educação é um dos muitos obstáculos que enfrentam as crianças que conseguem chegar a salvo à Itália.

O relatório examina cuidadosamente o processo de proporcionar

proteção social às crianças e levá-las a frequentar uma escola e conclui que é necessário um esforço muito maior para que os menores não acompanhados não façam parte dos chamados "hotspots" perigosos de rápida segurança e acomodação, incluindo nesse esforço a nomeação de um tutor legal e a emissão de documentos legais que lhes facilitem a entrada no sistema educativo.

De acordo com o relatório, ainda melhor seria permitir que todos os menores não acompanhados se matriculassem na escola, mesmo sem a documentação adequada.



Embora os menores imigrantes tenham direito à educação na Itália, a pesquisa descobriu que são necessários mais esforços a partir do momento em que as crianças ganham um lugar na sala de aula. O mais notado foi a ausência de uma ajuda profissional sustentada, focada na mediação linguística e cultural, o que é crucial após a chegada de um menor ao seu novo país de acolhimento.

Parte do problema na prestação de serviços adequados deve-se à falta de financiamento. Com apenas um milhão de euros colocados à disposição pelo ministério todos os anos para apoio linguístico, os professores são perentórios em afirmar que as necessidades excedem os recursos. No entanto, o estudo diz que, com maior financiamento, as excelentes práticas desenvolvidas pelos professores, educadores e suas escolas poderiam ser melhor utilizadas pelo sistema como um todo para os refugiados.

Embora o quadro jurídico italiano ofereça um elevado nível de proteção aos menores em busca de asilo e a não acompanhados e uma abordagem visivelmente inclusiva sobre a integração dessas crianças no sistema educacional, este estudo alerta que os desenvolvimentos recentes do quadro legal de imigração relativo a menores não acompanhados tiveram

um impacto negativo no cumprimento dos seus direitos, em particular no seu direito à educação.

As principais áreas de preocupação incluem a implementação efetiva do quadro jurídico no terreno, a ausência de um processo de monitoramento sistemático do acesso dos refugiados à educação e a abordagem coordenada a nível nacional, a atenção aos recursos humanos e o desenvolvimento de mecanismos de apoio dedicados.

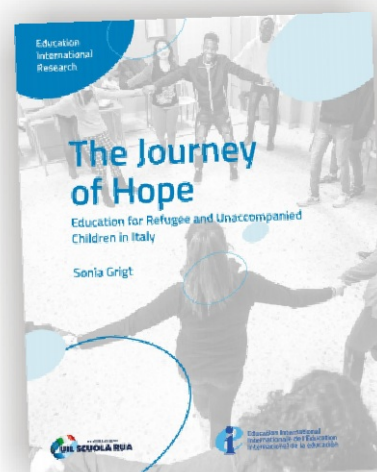
Embora muitas das soluções possíveis exijam mais investimentos em termos de recursos financeiros e humanos - tanto quantitativa como qualitativamente - também é óbvio, a partir das evidências empíricas recolhidas, que as excelentes práticas desenvolvidas pelas escolas, professores e outros profissionais da educação no terreno, bem como a experiência e implicação das partes interessadas, poderia ser melhor aproveitada no sentido de desenvolver uma abordagem mais eficaz e coordenada para a educação dos refugiados.

A este respeito, a recente e crescente consciencialização e proatividade das autoridades educativas e o compromisso de abordar essas questões com os sindicatos da educação e dos seus membros têm o potencial de permitir que os menores refugiados e não acompanhados realizem todo o seu potencial

através da educação e melhorem a qualidade do sistema educativo italiano para todas as crianças.

Os pesquisadores também descobriram que, apesar da provisão da Itália de um alto nível de proteção para quem procura asilo e para menores não acompanhados, ajudando-os assim a terem acesso ao sistema educativo, é necessária uma atenção redobrada quando se trata de monitorar o processo. Este é especialmente o caso das crianças que optam por ficarem fora da vigilância do sistema, muitas das quais deixam depois a Itália em busca de outros destinos.

Para a pesquisa deste estudo foi determinante o apoio dos dirigentes sindicais da UIL Scuola e da Associazione per gli Studi Giuridici sull'Immigrazione, além da colaboração dedicada de muitos professores, não docentes, assistentes sociais e autoridades italianas, nas províncias da Lombardia, Piemonte, Lácio, Campania, Catania, Palermo e Trapani, entre agosto e novembro de 2016.



NÃO DESISTIMOS!

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Letivo vs não letivo

Determinação clara das funções e da duração máxima das componentes letiva e não letiva.

Vinculação

Novos momentos de vinculação extraordinária para acabar com a precariedade

Descongelamento da carreira

Efetivo descongelamento a partir de 1 de janeiro de 2018, para todos, considerando o tempo de serviço entretanto congelado

Reparação de injustiças

Produção da legislação em falta para o reposicionamento nas 5^o e 7^o escalões e dos docentes vinculados nos últimos anos

Regras de aposentação justa

Aposentação por inteiro aos 36 anos de serviço

spzn

SPZC

SP

SDP

SPCA

SP

SPCL

fne

www.fne.pt

FICHA TÉCNICA junho 2017

proprietário
Federação Nacional da
Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos

secretariado
Teresa Morais e Teresa Burnay

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da
Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato
Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos
Açores * Sindicato Democrático dos
Professores da Madeira * Sindicato dos
Professores nas Comunidades Lusíadas *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes
e Auxiliares de Educação da Zona Norte *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes
e Auxiliares de Educação da Zona Centro *
Sindicato dos Técnicos Administrativos e
Auxiliares de Educação do Sul e Regiões
Autónomas

responsável administrativo e financeiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica
e paginação
Rafael Marques

fne